

SOBRE O PROGRAMA:

MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

É sabido que a sociedade cobra um Judiciário mais célere que garanta a tutela judicial como solução dos conflitos levados ao seu conhecimento.

A busca pela eficiência sempre foi um fator relevante no Poder Judiciário de Alagoas, e ganhou ainda mais força com a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Juízo Proativo é uma resposta do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) para a necessidade de melhoria diagnosticada nos resultados obtidos no Relatório Justiça em Números, publicado anualmente pelo CNJ.

IMPLANTAÇÃO E LEGISLAÇÃO:

A partir da identificação do que se precisava avançar no Judiciário alagoano, foi providenciado e apresentado, perante o Comitê de Gestão Estratégica, um projeto que teve como gerentes o Juiz auxiliar da presidência, Maurílio Ferraz e o assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP), Clóvis Gomes, com o objetivo da implantação de uma gestão por indicadores e o reconhecimento institucional das unidades judiciais que apresentassem melhor desempenho.

O projeto foi modelado em uma proposta normativa que, após ser submetido ao Tribunal Pleno, foi aprovado e instituído por meio da Resolução TJAL nº 02, de 21 de janeiro 2014. Atualmente é a Resolução TJAL nº 08, de 21 de março de 2023, que redefine a aferição padronizada juízo proativo e estabelece o monitoramento contínuo do Prêmio CNJ de Qualidade.



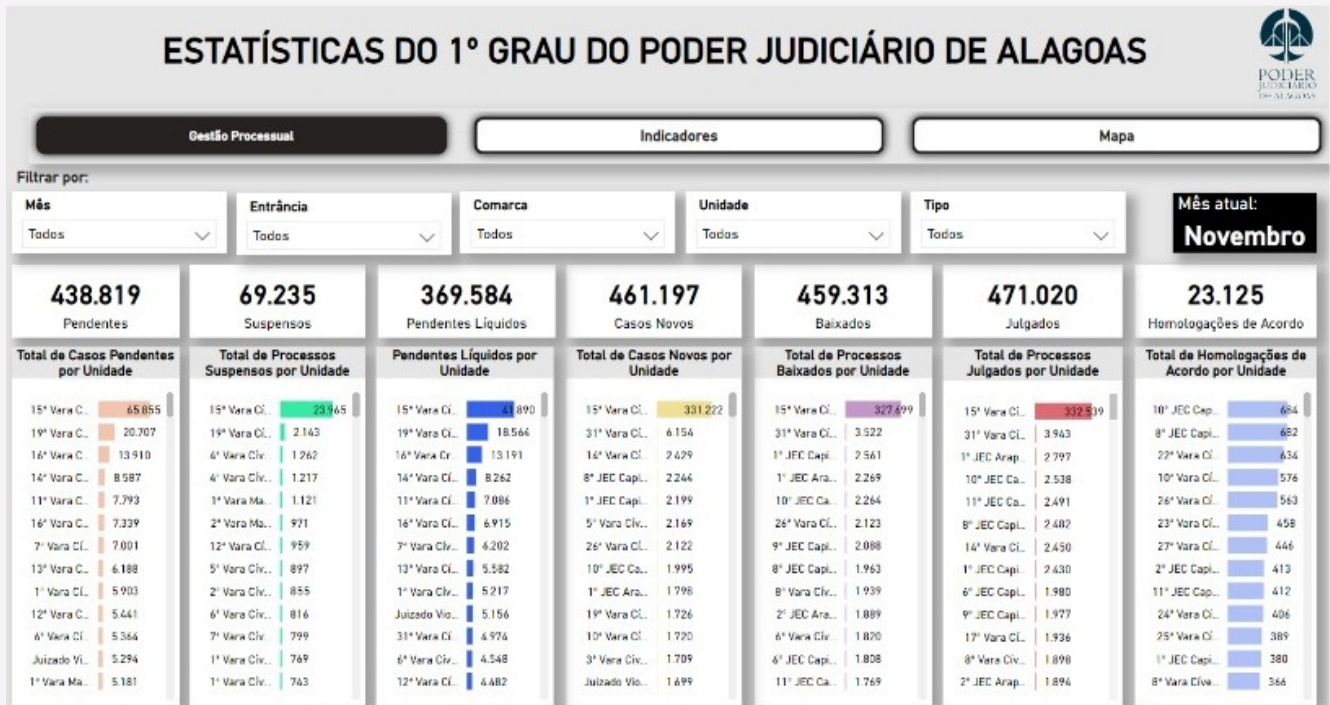
JUÍZO PROATIVO

No dia 6 de janeiro de 2023 foram premiadas as unidades judiciais que em 2019, 2020 e 2021 atenderam ao Padrão de Excelência do Programa Juízo Proativo do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Ao todo, 140 troféus e 1.800 medalhas foram entregues a juízes e servidores de diversas unidades, como forma de reconhecimento pelos serviços prestados.

O objetivo do Juízo Proativo é facilitar a gestão por meio da aferição de indicadores padronizados que as unidades judiciais utilizarão para acompanhar seu desempenho na busca por uma Justiça mais efetiva. Desta forma, o programa visa aumentar a produtividade, diminuir o tempo de julgamento dos processos e reduzir a taxa de congestionamento.

Ressalta-se que os indicadores do projeto estão alinhados com os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021 - 2026 e com o Prêmio CNJ de Qualidade.

ESTATÍSTICA



Divisão de Estatística desenvolve painel com dados estatísticos do 1º grau do Poder Judiciário.

A Divisão de Estatística da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP) desenvolveu painel, em Power BI, com dados estatísticos do 1º grau. Nele é possível visualizar o número de processos julgados, pendentes e baixados, além de indicadores e o mapa das comarcas.

O objetivo do painel é auxiliar na gestão das unidades judiciárias, apresentando dados de forma mais dinâmica, permitindo o acompanhamento e evolução do trabalho que está sendo realizado, além de dar publicidade aos jurisdicionados. O painel está sendo atualizado mensalmente, com dados provenientes dos sistemas SAJ EST e SEEU.

COMISSÃO APROVA AS DUAS ÚLTIMAS “BOAS PRÁTICAS” EM SEU FORMATO ANTIGO



Em uma reunião virtual, a comissão de boas práticas aprovou as duas últimas práticas no formato instituído pelo Ato Normativo n.º 106, de 29 de novembro de 2017.

A primeira boa prática aprovada foi apresentada pelo juiz Thiago Augusto Lopes de Moraes, titular da Vara do Único Ofício de Mata Grande, que apresentou um formulário de avaliação e satisfação para os usuários do Balcão Virtual.

A segunda, explicada pelo juiz Ygor Vieira de Figueiredo, titular da 14ª Vara Criminal da Capital, foi o projeto “Informar para proteger”, que consiste no envio semanal de uma relação das crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais apurados pela Vara que necessitam de acompanhamento psicossocial, para o Centro de Referência em Atenção à Criança e ao Adolescente (CRAD).

As inscrições para o Banco de Boas Práticas na forma do Ato Normativo 106/2017 foram suspensas em 9 de setembro de 2022, e deixaram de ser aceitas definitivamente em 9 de novembro de 2022. Os interessados em registrar suas práticas agora deverão seguir o novo formato.

NOVO BANCO DE BOAS PRÁTICAS



O Pleno instituiu, por meio da resolução n.º 25, em 8 de novembro de 2022, o Novo Banco de Boas Práticas (NBBP) do Poder Judiciário alagoano. O NBBP visa identificar as boas práticas de gestão para possibilitar a troca de experiências de trabalho entre as várias unidades administrativas e judiciárias, além de contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

SOBRE O BANCO DE BOAS PRÁTICAS:

QUAL O OBJETIVO DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS?

O objetivo do “Banco de Boas Práticas” é incentivar a troca de experiências entre as diversas unidades do Poder Judiciário de Alagoas, a disseminação de boas práticas, a melhoria dos serviços prestados, além de motivar e valorizar os magistrados e servidores.

O QUE SÃO BOAS PRÁTICAS?

São consideradas boas práticas atividades, ações ou experiências que contribuam para aprimorar os processos de trabalho, a agilidade da prestação jurisdicional, a satisfação do público alvo, o alcance das metas estratégicas, as práticas sociais, as práticas ambientais, a otimização de despesas e outros aspectos significativos aos serviços.

COMO INSCREVER UMA PRÁTICA?

Para registrar boas práticas, os magistrados deverão enviar um vídeo, um arquivo em formato PDF e um arquivo com imagens que poderão tratar sobre: aprimoramento dos objetivos de desenvolvimento sustentável – Agenda 2030 (ODS); macrodesafios e ações constantes do Plano Estratégico 2021-2026; cultura de inovação; foco no usuário; gestão participativa; desenvolvimento humano, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental; desburocratização; transparência, otimização de despesas e processos de trabalho, dentre outros temas.

Requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) – TJAL

Os requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade são um conjunto de normas e diretrizes que devem ser seguidos para garantir que os serviços prestados atendam às expectativas dos usuários/clientes.

Conforme a NBR ISO 9001:2015, referência normativa adotada pelo TJAL, essas normas e diretrizes incluem: contexto da organização, liderança, planejamento, apoio, operação, avaliação de desempenho e melhoria.

De forma prática, os requisitos do SGQ incluem o estabelecimento de processos de trabalho eficientes, com a definição de responsabilidades claras, o monitoramento da qualidade dos serviços prestados, a gestão e prevenção dos riscos, a identificação e tratamento de não conformidades e a melhoria contínua.



No âmbito do Tribunal de Justiça de Alagoas, há oito processos contemplados no Sistema de Gestão da Qualidade, são eles: **Gestão das Contratações, Gestão e Planejamento de Contratos, Gestão de Pessoas, Gestão Estratégica, Gestão de Aquisições, Gestão de TI, Gestão Administrativa e Gestão Judicial** (integrado pela 15ª Vara Cível da Capital, 10ª Vara Cível de Arapiraca e 3ª Vara Criminal de União dos Palmares).

A aplicação dos requisitos do SGQ resulta em uma gestão mais eficiente e transparente, com melhoria na comunicação interna, entre os colaboradores, e foco na melhor prestação dos serviços ao jurisdicionado.

Acesse o Manual do Sistema de Gestão da Qualidade do TJAL, no link:

[https://apmp.tjal.jus.br/arquivosQualidade/16b2f9d170875941e35cd72a22d806b7\).pdf](https://apmp.tjal.jus.br/arquivosQualidade/16b2f9d170875941e35cd72a22d806b7).pdf)

Saiba mais!



NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL



O PLS foi encaminhado pelo Núcleo Socioambiental do TJAL ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável por acompanhar e medir o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) dos Tribunais. O documento está publicado no site do TJAL no endereço:

<https://apmp.tjal.jus.br/ApmpArquivos/RelatoriodoPLS2022B.pdf>

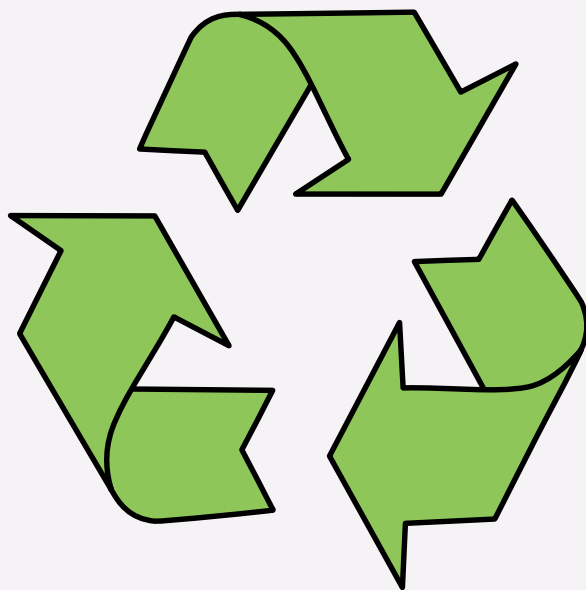
TJAL DEFINE METAS E AÇÕES E DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA 2023

Após dois anos de incertezas, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) estabeleceu metas mais factíveis para 2023. A volta ao trabalho presencial em abril de 2022 possibilitou uma análise dos novos hábitos de consumo adquiridos pelos colaboradores durante a pandemia, principalmente com a implantação de novas tecnologias. A instalação de uma usina geradora de energia, expansão da coleta seletiva no interior e capacitação dos funcionários são algumas das iniciativas programadas.

A Comissão Ambiental do TJAL definiu uma série de medidas para o Plano de Logística Sustentável do Judiciário. O objetivo é reduzir o gasto público e preservar o meio ambiente, racionalizando o consumo de energia, papel, água, combustível e outros itens. São metas praticáveis, que correspondem a uma realidade viável e buscam a redução do consumo. Conforme o juiz Filipe Munguba, que lidera a comissão, a meta é que, com o esforço conjunto, sejam cumpridas as expectativas, melhorando os indicadores.

Algumas ações previstas são a substituição de aparelhos de ar-condicionado por modelos mais eficientes, a instalação de purificadores de água no TJAL e na Corregedoria, a intensificação da coleta seletiva no interior e a otimização do uso de ferramentas digitais. O plano ainda envolve a capacitação periódica dos funcionários, campanhas ambientais e a inclusão de uma usina geradora de energia solar, que entrará em operação ao final do ano.

Segundo o juiz Filipe Munguba, todos devem estar colaborando em sintonia para alcançar os indicadores, seguir as determinações do Conselho Nacional de Justiça e melhorar a questão ambiental.



GUIA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Para atender à Resolução n.º 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, simultaneamente, apoiar as áreas envolvidas com contratações e aquisições, o Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) liderou a elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis.

A iniciativa, desenvolvida em conjunto com os Gestores dos Indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS), o Departamento de Gestão de Contratos da Subdireção Geral, o Departamento Central de Engenharia e Arquitetura e o Departamento Central de Aquisições, visa orientar os demandantes de bens e serviços a melhor especificar os produtos das compras e licitações realizadas pelo tribunal.

Disponível no site do TJAL desde maio de 2022, o guia traz critérios de sustentabilidade para diferentes tipos de contratações e de aquisições realizadas pelo tribunal nos últimos anos, com previsão de atualização bianual ou sempre que novas legislações e tecnologias forem incorporadas. A ação foi apoiada pela Comissão de Gestão Ambiental do Poder Judiciário, que validar o Plano de Logística Sustentável do TJAL. O objetivo é minimizar os impactos ao meio ambiente e reduzir os custos com sustentabilidade.

Para consultar o Guia de Contratações Sustentáveis do TJ Alagoas acesse:
<https://apmp.tjal.jus.br/ApmpArquivos/GuiaContratacoesSustentaves.pdf>

PROJETO SICONV- IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE VIDEOCONFERÊNCIA JUDICIAL E VISITA VIRTUAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO, UNIDADES PRISIONAIS E DELEGACIAS DO ESTADO DE ALAGOAS



Controle de Registro, Disponibilização e
Instalação de Equipamentos



Mapeamento da evolução da instalação
das salas

DIGEP ACOMPANHA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE VIDEOCONFERÊNCIA JUDICIAL E VISITA VIRTUAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO, UNIDADES PRISIONAIS E DELEGACIAS DO ESTADO DE ALAGOAS”.

Após assessorar tecnicamente o GMF, a Subdireção e a DIATI na apresentação de proposta para captação de recursos junto ao Ministério da Justiça para viabilização da modernização expansão do sistema de Videoconferências entre varas criminais. Delegacias e o sistema prisional, a Divisão de Gerenciamento de Projetos da APMP está acompanhando o desenvolvimento do projeto fornecendo ferramentas de controle de toda distribuição e instalação dos equipamentos pelo setor de patrimônio e pela DIATI. Além disso, a DIGEP está como responsável pela alimentação das informações técnicas da evolução do projeto na Plataforma +Brasil, em apoio a Subdireção de Contratos e Convênios, gestora do convênio junto ao DEPEN, e também auxilia a DICONF na obtenção de informações sobre uso do módulo financeiro da Plataforma.

No Projeto estão contemplados todos os Presídios, 11 Delegacias e 85 Varas de competência criminal do Estado de Alagoas em um investimento total de mais de 3,5 milhões de reais.

A evolução da distribuição e da instalação dos equipamentos do Projeto podem ser acompanhadas por meio do acesso ao link:

<https://intranet.tjal.jus.br/index.php?pag=SICONV>